



TERMO DE REFERENCIA

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de empresa especializada na prestação de serviços “Construção da nova Sede do Procon de Caldas Novas – GO”, obedecendo a projetos anexos, situado Alameda do Contorno – Setor Central em Caldas Novas-GO.

JUSTIFICATIVA

Visando proporcionar melhor atendimento à população, condições adequadas de utilização, a conclusão do Terminal de Ônibus na Alameda do Contorno – Setor Central, sendo agora para atender aos serviços do Procon, vai ao encontro do desenvolvimento da Política Municipal, e faz-se necessária visando à melhoria do espaço físico. Realizou-se um diagnóstico da situação atual visando identificar os problemas existentes e as expectativas para conclusão da obra.

ESPECIFICAÇÕES TECNICAS

- Considerações preliminares

Todos os serviços serão desenvolvidos considerando e respeitando as atividades da obra acima citada.

- Descrição

Como toda a obra de reforma/construção civil deverá atender às condições impostas pelas normas brasileiras (ABNT) no que se refere à resistência, à segurança e à utilização, pertinentes ao assunto.

- Materiais de Construção

De maneira geral deverão ser de boa qualidade e atender às normas brasileiras da ABNT.

- Fiscalização dos serviços

A contratante designará um técnico para acompanhar os trabalhos, na qualidade de fiscal que poderá suspender os trabalhos ou solicitar a substituição do funcionário que não atender as especificações técnicas e/ou que tenha procedimento ou comportamento inadequado.

PRAZO E CONDIÇÕES DE GARANTIA

- Prazo

Os serviços deverão estar concluídos no prazo de até 60 dias, conforme cronograma físico/financeiro, contados a partir da expedição da ordem de serviço pela CONTRATANTE. O prazo poderá ser prorrogado caso a fiscalização identifique fatores relevantes que o exijam.

- Da garantia



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM 2016 – 2020

A contratada é responsável pela quantidade dos materiais realizados e previstos nesta especificação, devendo se ocorrer defeitos, for corrigido às próprias expensas. O prazo de garantia para os serviços contratados não deverá ser inferior a 24 (vinte e quatro) meses para materiais e equipamentos e 05 (cinco) anos para as obras e serviços de construção civil, a contar da data da entrega definitiva de todos os serviços, nos termos do art. 1245 do Código Civil Brasileiro.

RECURSOS

As despesas deste instrumento terão seus custos cobertos com recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, assim classificada:

PROCON MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS - GO	13.1341.14.422.7009.8040 – 339039 (100) Manutenção de Serviços Administrativos do Procon
--	--

CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTOS

- Do pagamento

O valor pago para este serviço será em moeda corrente nacional, após entrega da Nota Fiscal Fatura, devidamente atestada pelo setor competente. O pagamento será feito pelo valor total do serviço medido de acordo com cronograma, no máximo em 30 (trinta) dias úteis depois de atestada a Nota Fiscal pelo fiscal da CONTRATANTE.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- Emitir ordem de serviço para a contratada;
- Acompanhar a execução do serviço na figura do técnico-fiscal e auxiliares;
- Prestar todas as informações necessárias à contratada para realização do serviço;
- Receber ou rejeitar o serviço após verificar a execução e qualidade do mesmo;
- Atestar a Nota Fiscal e envio da mesma ao setor competente para o pagamento.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Executar o serviço conforme descrição neste projeto e orientações da CONTRATANTE;
- Cumprir as exigências da fiscalização para a perfeita execução do serviço;
- Cumprir as exigências da legislação trabalhista e segurança do trabalho com relação aos seus empregados e moradores locais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM 2016 – 2020

- Responsabilizar-se por todas as despesas (instalação, transporte, vigilância, seguros, combustível, alojamento refeições e outros) e encargos (trabalhista e outros) inerentes ao serviço;
- Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE, por escrito quando for solicitada.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- Registro ou inscrição da empresa e do responsável técnico no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante e prova de regularidade de situação junto ao CREA.
- Comprovação de o proponente possuir, na data da licitação, responsável (eis) técnico(s) da licitante, devidamente certificado pelo CREA, detentor (es) de atestado(s) e/ou certidão(ões) de responsabilidade técnica emitidos por órgão ou entidade pública ou privada, em qualquer caso devidamente certificado pelo CREA, de características pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.
- Comprovação do licitante de ter executado a qualquer tempo, serviços compatíveis com o objeto desta licitação, em atestados de capacidade técnica, em nome do próprio licitante (empresa), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente certificado pelo CREA, comprovando a execução de serviços compatíveis de características semelhantes e de complexidade equivalentes ou superiores com o objeto desta licitação.
- Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.
- O licitante interessado poderá realizar Visita Prévia, de caráter facultativo, ao local da obra. Para tanto deverá agendar sua visita junto à Secretaria Obras, com no mínimo 05 (cinco) dias antes da realização do certame, pelo fone (64) 3456-1350.

CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

- Na data agendada, a CPL receberá os envelopes, os quais serão rubricados em suas emendas pela CPL e licitantes. Todo o conteúdo dos envelopes abertos será também rubricado pelos membros da CPL e pelos licitantes.
- Os envelopes eventualmente não abertos permanecerão em poder da CPL. Após a conclusão do certame, as licitantes terão o prazo de 15 (quinze) dias para retirada dos referidos envelopes, após este prazo, não sendo retirados, os mesmos serão destruídos.
- Em nenhuma hipótese, será concedido prazo para apresentação ou substituição de documentos exigidos e não inseridos nos envelopes. No entanto, ao seu exclusivo critério, a CPL poderá solicitar informações ou esclarecimentos complementares que julgar necessários, bem como solicitar o original de documento da proponente, devendo esta apresentá-lo num prazo de máximo de 05 (cinco) dias úteis seguintes ao pedido.
- Serão consideradas inabilitadas as Licitantes que deixarem de cumprir quaisquer das exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e/ou previdenciária, aptidão econômico-financeira e/ou capacitação técnica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS
ADM 2016 – 2020

- O julgamento dos documentos de Habilitação será realizado pela CPL e o resultado será divulgado mediante aviso a ser enviado por fax-símile ou e-mail às licitantes credenciadas e publicado uma vez na imprensa oficial, salvo quando houver renúncia expressa ao direito de interpor recurso quanto à fase de habilitação.
- Serão desclassificadas todas as propostas que se enquadrarem no art. 48 da Lei de Licitação, e ainda:
- As que não atenderem aos critérios e as exigências estabelecidas no Edital e seus anexos;
- As que contiverem o quantitativo de cada item orçado divergente daqueles da planilha orçamentária estimativa;
- As que estejam acima do valor orçado pela Administração, qual seja, a média para este objeto;
- Os critérios de aceitabilidade da proposta são os dispostos neste edital e para efeito de inexequibilidade adotar-se-á os dizeres do artigo 48, § 1º da Lei Federal n. 8.666/93.
- A CPL fará a conferência da planilha de serviços, que contém os preços unitários e as quantidades propostas. Constatando erro aritmético ou de anotação no preenchimento, serão efetuadas as devidas correções. Para fim de rejeição, comparação e classificação das propostas prevalecerá o valor global corrigido, quer seja para mais ou para menos.
- No caso de haver diligência entre o valor global grafado em algarismo e o grafado por extenso, prevalecerá este último.
- Será assegurado, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme art. 44 da Lei Complementar 123/2006.
- Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, cujo procedimento será conforma Lei Complementar 123/2006.
- Nos demais casos, ocorrendo igualdade de preços entre 02 (duas) ou mais propostas, depois de obedecido o disposto no § 2º, do art. 3º da Lei 8.666/93, o critério a ser adotado para o desempate será obrigatoriamente o SORTEIO, para o qual, as empresas que estejam empatadas.

Caldas Novas, 26 de agosto de 2019.

MILTON GALVÃO
Secretário de Obras